

Consulta Previa

**“Elaboração do Projeto de Execução da Barragem de Rebordãos e Órgãos Anexos
(incluindo Rede de Rega)”**

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“Elaboração do Projeto de Execução da Barragem de Rebordãos e Órgãos Anexos (incluindo Rede de Rega)”**.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 9 meses ou até à conclusão da entrega dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

- | | |
|---|--|
| a) Entrega dos Trabalhos Auxiliares de Topografia: | 1 mês após a adjudicação da prestação de serviços; |
| b) Entrega dos Trabalhos Auxiliares de Geotecnia: | 1,5 mês após a adjudicação da prestação de serviços; |
| c) Entrega do E.I.A. – Estudo de Impacte Ambiental: | 8 meses após a adjudicação da prestação de serviços; |
| d) Entrega do Projeto de Execução em si: | 8 meses após a adjudicação da prestação de serviços. |

- 2 - Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa do **Município de Bragança**, ou a requerimento do Adjudicatário devidamente fundamentado.
- 3 - A contagem de tempo para efeitos de cumprimento do prazo não sofrerá paragens aquando da entrega de cada uma das partes do **Projeto**, pelo que o mesmo deverá prosseguir independentemente da aprovação por parte do **Município de Bragança**.
- 4- Será motivo de prorrogação do prazo contratual a existência de trabalhos além dos previstos na adjudicação.
- 5- Sempre que seja indispensável introduzir alterações, durante a realização do **Projeto**, por razões não imputáveis ao Adjudicatário, as datas previstas para a ultimização das partes subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, de um número de dias igual ao concedido ao Adjudicatário para executar as alterações determinadas.
- 6- Em qualquer caso, a prorrogação do prazo será sempre objeto de acordo prévio entre as duas partes contratantes e deverá ser pedida, por escrito, pelo Adjudicatário, com justificação pormenorizada.

Cláusula 4.^a

Condições da aquisição

- 1 - O Município não se obriga a adquirir a totalidade dos serviços previstos no Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a

Preço Base

- 1 - O valor base para efeito do presente procedimento é no máximo 74.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do fornecedor

- 1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a. Executar o **Projeto** que lhe for adjudicado, tal como descrito nas Cláusulas Especiais do caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b. Cumprir as condições fixadas para a execução da prestação de serviços e do Projeto;
- c. Sujeitar-se à ação fiscalizadora do **Município de Bragança**;
- d. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- e. Proceder à entrega dos trabalhos correspondentes à prestação de serviços e ao **Projeto**, de acordo com os prazos contratualizados;
- f. Prestar as informações que forem solicitadas pelo **Município de Bragança**;
- g. Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados, competindo-lhe ainda elaborar, sem direito a indemnização, todos os estudos subsidiários necessários a um perfeito esclarecimento do **Projeto**;
- h. Proceder às alterações que venham a ser necessárias introduzir, nos termos da Cláusula 16.^a;
- i. Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes do **Município de Bragança**; referidos na Cláusula 5.^a.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os serviços/projeto objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.
- 2 - Os serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços.
- 4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são entregues.

Cláusula 8.^a

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 - Os serviços objeto do contrato devem ser entregues, em conformidade com a cláusula 3.^o do presente caderno de encargos.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos serviços objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens/serviços objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Prazo do dever de sigilo

1 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Bragança

Cláusula 11.^a

Preço contratual

1 - Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1 - As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:

- a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pela Câmara Municipal;
- b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias úteis, contados da data de entrega da fatura.

2 – Forma de pagamento: Em 5 (cinco) prestações:

- 1.^a No valor de 35%, no prazo de 15 dias após a “adjudicação”.
- 2.^a No valor de 5% no prazo de 15 dias após Entrega dos Trabalhos Auxiliares de Topografia;
- 3.^a No valor de 20 %no prazo de 15 dias após o Entrega dos Trabalhos Auxiliares de Geotecnia.
- 4.^a No valor de 5 %no prazo de 15 dias após Início do Projeto de Execução
- 5.^a 4.^a No valor de 35 %no prazo de 15 dias após Entrega do Projeto de Execução e do EIA – Estudo de Impacte Ambiental

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

1 - No caso de não cumprimento dos prazos fixados para a prestação dos serviços, por razões imputáveis ao prestador de serviços é, cominável com multa calculada da seguinte forma:

$P = V \times A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos serviços e A é o número de dias em atraso.

2 - Havendo lugar a penalidades o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao prestador de serviços.

Cláusula 14.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a mês e meio ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Bragança.

Cláusula 16.^a

Caução

- 1 - No âmbito do presente contrato não é exigível a prestação de caução.
- 2 - O Município de Bragança, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 17.^a

Seguros

- 1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da sua atividade.
- 2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 18.^a

Foro competente

- 1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

- 1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos.

Cláusula 22.^a

Prevalência

- 1 - Farão parte integrante do contrato a outorgar o caderno de encargos, o convite e a proposta do adjudicatário.
- 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente, o caderno de encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

- 1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

Objeto de contratação - **Elaboração do Projeto de Execução da Barragem de Rebordãos e Órgãos Anexos (incluindo Rede de Rega) - integrante do Aproveitamento de Fins Múltiplos de Rebordãos**

1. Fases da Prestação de Serviços

1.1. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Realização dos Trabalhos Auxiliares de Topografia;
- b) Realização dos Trabalhos Auxiliares de Geotecnia;
- c) Elaboração do E.I.A. – Estudo de Impacte Ambiental;
- d) Desenvolvimento do Projeto de Execução em si.

2. Âmbito e Especificação da Prestação de Serviços

2.1. Enquadramento e Antecedentes

O presente Projeto de Execução vem na sequência do Estudo da Viabilidade Técnico-Económica de um Aproveitamento de Fins Múltiplos a implantar na Ribeira de Rebordãos, situada na freguesia de Rebordãos, concelho e distrito de Bragança, conforme representado nas imagens que se seguem:





FIGURA – PRESUMÍVEL LOCALIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE REBORDÃOS (FONTE “GOOGLE EARTH”)

Este empreendimento terá como objetivo principal a retenção de volumes de água suficientes para a rega de culturas e pomares, mais especificamente Castanheiros, os quais constituem uma das principais atividades económicas desta região. Como fim complementar, identifica-se a necessidade de garantir uma reserva de água que poderá ser utilizada no combate contra incêndios.

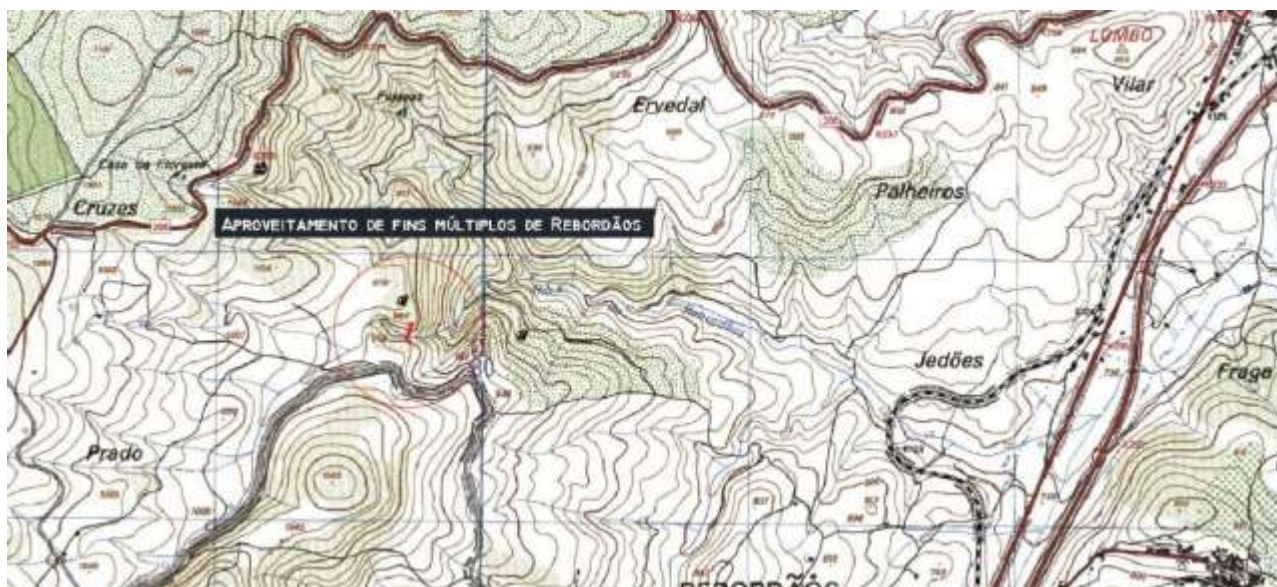


FIGURA – LOCALIZAÇÃO EM CARTA MILITAR DO APROVEITAMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE REBORDÃOS

2.2. Principais Características do Aproveitamento

As principais características do Aproveitamento de Fins Múltiplos de Rebordãos encontram-se apresentadas seguidamente:

- Objetivo principal:
 - Armazenamento de volumes de água destinado à rega de culturas e pomares, mais especificamente Castanheiros. Prevê-se uma Rede de Rega com aproximadamente 5.000 metros de extensão.
- Objetivo complementar:
 - Reserva de água que poderá ser utilizada no combate a incêndios.
- Localização:

➤ Distrito	Bragança
➤ Concelho	Bragança
➤ Freguesia	Rebordãos
➤ Linha de Água	Ribeira de Rebordãos
➤ Região Hidrográfica	RH3 Douro
➤ Carta Militar 1: 25 000	N.º 37
- Coordenadas Geográficas Referentes à Rede Geodésica Nacional – Datum 73 ou equivalente:
 - Açude M = 107554.8; P = 232192.9
- Características Hidrológicas:

➤ Área da Bacia Hidrográfica	3.06 km ²
➤ Precipitação Média Anual	1041.9 mm
➤ Caudal Médio Diário Anual	0.46 m ³ /s

- Características da Barragem:
 - Tipo Gravidade
 - Cota de Coroamento da Crista do Açude 962.00
 - Desenvolvimento do Coroamento do Açude 90 m
 - Altura do Açude acima do NPA 2 m

- Albufeira:
 - Cota do Nível de Pleno Armazenamento (NPA) 960.00
 - Volume 70000 m3

2.3. Objetivo e Âmbito dos Serviços a Prestar

Na sequência do Estudo de Viabilidade Técnico-Económica desenvolvido em tempo será desenvolvido no âmbito da presente Prestação de Serviços o Projeto de Execução da Barragem de Rebordãos e dos respetivos Órgãos Anexos com definição do Equipamento Hidromecânico. Este Projeto incluirá a Rede de Rega prevista.

Nota-se que já foram desenvolvidos os Estudos Hidrológicos e alguns Estudos de Hidráulica tendo sido considerados nomeadamente os seguintes aspetos fundamentais (visando a definição das disponibilidades hídricas):

- ✓ Descrição sumária de bacias;
- ✓ Análise das precipitações e cálculo das afluências;
- ✓ Dados hidrométricos;
- ✓ Caudais de Cheia;
- ✓ Questões de vazão.

Estes elementos estão disponíveis no Município de Bragança.

O Projeto de Execução propriamente dito referente às Obras da Barragem e Órgãos Anexos e ainda da Rede de Rega conduzirá à elaboração dos Documentos do Processo de Concurso das Obras de Engenharia Civil e do Fornecimento e Montagem do Equipamento Hidromecânico e de Rega.

2.4. Referência das Questões a Focar

Nos Estudos e no Projeto de Execução das Obras de Engenharia Civil da Barragem e Órgãos Anexos e Rede de Rega a desenvolver, deverão ser tomadas em linha de conta as questões referidas atrás, devendo

ser abordadas as seguintes outras questões, tendo em vista a otimização de todas as características do Empreendimento.

Deverá assim ser apresentado um completo Projeto da Barragem e dos Órgãos Anexos e da Rede de Rega, incluindo os Trabalhos Auxiliares adiante referidos. O Projeto constará nomeadamente de:

- ☐ Questões Geotécnicas;
- ☐ Estudos de Hidráulica;
- ☐ Estudos de Estabilidade e Cálculos Estruturais;
- ☐ Estudo da simulação da rotura da Barragem e estudo da propagação da onda de cheia, se exigido;
- ☐ Definição das Obras de Engenharia Civil bem como a pormenorização da Barragem e dos Órgãos Anexos através de Peças Escritas e Desenhadas quer do foro de Engenharia Civil quer no que respeita às implicações do Equipamento; (na pormenorização referida estão incluídas as definições das 1^{as}, 2^{as} e 3^{as} Fases de Betonagem);
- ☐ Deverá ser desenvolvido o Projeto da Rede de Rega prevista;
- ☐ Deverá ser definido e caracterizado o esquema do Equipamento Hidromecânico;
- ☐ Deverá ser apresentado um Programa Geral dos Trabalhos Previstos;
- ☐ Deverá ser elaborado o Plano de Segurança, Higiene e Saúde em fase de projeto;
- ☐ Deverá ser apresentado um Orçamento detalhado;
- ☐ Deverá ser apresentado o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PGRCD).

Os Trabalhos Auxiliares a levar a cabo deverão ser os seguintes:

- ☐ Reconhecimentos Geotécnico de acordo com o estabelecido no Anexo I;
- ☐ Levantamentos Topográficos necessários ao desenvolvimento do Projeto em apreço – Anexo II;
- ☐ Estudo de Impacte Ambiental (EIA) – Anexo III.

Tendo em vista o Concurso das Obras, deverá o Projeto de Execução permitir organizar o respetivo Processo de Concurso:

2.5. Definição dos Elementos a Apresentar

No que diz respeito ao **Projeto de Execução das Obras de Engenharia Civil da Barragem e Órgãos Anexos, Rede de Rega e Definição do Equipamento Hidromecânico**, deverão ser apresentados para aprovação do Dono da Obra os seguintes elementos escritos:

- ☐ Memória Descritiva e Justificativa Projeto de Execução do Aproveitamento;

Deverão ser elaboradas Diversas Peças Desenhadas, seguintes:

- ☐ Planta de Localização, à escala 1/5000;
- ☐ Planta Geral da Barragem e Órgãos Anexos, à escala 1/200;
- ☐ Perfil Longitudinal da Barragem, a escala 1/200;
- ☐ Implantação do Equipamento Hidromecânico previsto;
- ☐ Plantas, Alçados e Cortes, à escala 1/200;
- ☐ Pormenor do Esquema de Dissipação de Energia;
- ☐ Planta Geral da Rede de Rega;
- ☐ Perfis Longitudinais da Rede de Rega.

O Adjudicatário deverá fornecer 2 (duas) coleções das Peças Escritas e Desenhadas, sendo uma delas em suporte informático por forma a facilitar a sua reprodução.

Deverão ser apresentados (de forma análoga à Fase de Projeto de Execução) os Documentos do Processo de Concurso.

2.6. Programa de Execução dos Trabalhos

O Adjudicatário deverá apresentar com a Proposta um Programa de Desenvolvimento dos Estudos.

2.7. Trabalhos Auxiliares

2.7.1. Os trabalhos auxiliares de Geotecnia e de Topografia estão incluídos no âmbito do Projeto e, portanto, no preço global contratado. O mesmo se aplica ao Estudo de Impacte Ambiental.

2.7.2. Os trabalhos auxiliares previstos, respeitarão o estipulado e definido nos Anexos I, II e III destas Condições Especiais do presente Caderno de Encargos.

2.7.3. Todos os levantamentos topográficos existentes e os levantamentos a realizar deverão ser feitos a escala conveniente e ser ligados à rede geodésica nacional. Os objetos deverão ser georreferenciados ou referenciados no Sistema Datum 73 ou equivalente.

2.7.4. Nesta Prestação de Serviços está excluído o emparcelamento e cadastro de todas as parcelas abrangidas (levantamento cadastral).

2.7.5. O município de Bragança promoverá os trabalhos de limpeza para a criação de caminhos de acesso e remoção de eventuais obstáculos que possam impedir o acesso às áreas a levantar ou onde irão decorrer todos os trabalhos auxiliares, bem como potenciará o acesso a propriedades com o consentimento dos proprietários.

3. O acompanhamento da execução do Projeto, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Bragança, os quais ficarão encarregados de redigir as respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.

3.1. O Adjudicatário fica também obrigado a apresentar ao Município de Bragança, com uma periodicidade a acordar, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

3.2. Todos os documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.

3.3. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja da parte do Município de Bragança, conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes previamente à entrega do Projeto.

3.4. A realização de reuniões com o Município de Bragança, não substitui a entrega de documentos do Projeto.

4. Elementos a entregar pelo Adjudicatário ao abrigo do Contrato

4.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Bragança, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

4.2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar ao Município de Bragança, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

4.3. No caso de a análise do Município de Bragança, a que se refere o n.º 4.1. não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem

discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas do Caderno de Encargos, o Município de Bragança, deve de isso informar, por escrito, o Adjudicatário.

- 4.4.** No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Bragança, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
- 4.5.** Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, o Município de Bragança, procede a nova análise, nos termos do n.º 4.1..
- 4.6.** Caso a análise do Município de Bragança, a que se refere a Cláusula 4.1. comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas do Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo Município de Bragança.
- 4.7.** A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas do Caderno de Encargos.
- 4.8.** No final do Projeto o Adjudicatário entregará ao Município de Bragança, 2 (dois) exemplares da edição dos documentos finais relativos a cada fase, devidamente corrigida, do Projeto, sendo um deles em suporte informático por forma a facilitar a sua reprodução.
- 4.9.** Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 4.6. ocorre a transferência de posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Bragança, incluindo todos os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

5. Alterações ao Projeto

- 5.1.** O Adjudicatário realizará as alterações que lhe forem determinadas pelo Município de Bragança, dentro dos limites expressos nas Cláusulas 5.2. e 5.3. mesmo quando não explicitas nos termos do anúncio, durante a execução ou até um ano após a aprovação do Projeto. Se essas alterações não resultarem de erros e vícios dos trabalhos apresentados, o Adjudicatário terá direito ao pagamento dos correspondentes trabalhos adicionais. Este valor será calculado com base nas quantidades de trabalho para tal fim indicadas pelo Adjudicatário, desde que aceites pela Entidade Adjudicante, para os vários

tipos de especialistas, e nos custos unitários, não revisíveis, referidos no ponto 2.3., 2.4. e 2.5. do presente Caderno de Encargos – Capítulo - Cláusulas técnicas.

5.2. A realização de alterações solicitadas pelo Município de Bragança carecerá de acordo do Adjudicatário apenas se a importância correspondente aos novos trabalhos exceder 30% (trinta por cento) do valor global da adjudicação.

5.3. As alterações referidas anteriormente incluem a realização de novos trabalhos do tipo dos anteriormente realizados, ou a suspensão definitiva, total ou parcial, de alguns trabalhos.

5.4. O Município de Bragança, poderá determinar a suspensão da prestação de serviços, por razões alheias ao Adjudicatário, por um período total acumulado não superior a 30 (trinta) dias, sem que para tal careça do acordo da outra parte.

5.5. Uma eventual proposta de trabalhos adicionais por parte do Adjudicatário deverá ser devidamente fundamentada, e o valor proposto para a sua realização terá por base os preços unitários da proposta.

5.6. Se após a apresentação dos documentos o Município de Bragança, concluir pela não conformidade dos trabalhos com as condições contratuais ou pela necessidade de complemento ou de alteração por motivos imputáveis ao Adjudicatário, o Adjudicatário fica obrigado a sanar as insuficiências verificadas



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexos:

Anexo I – Estudos Geológicos e Geotécnicos

A caracterização destes Trabalhos Auxiliares de Geotecnia é a que se apresenta de seguida:

Item	Designação	Un.	Qt Estimad	Preço Unitário	Preço Global
1.	Sondagens Geotécnicas				
1.1.	Transporte, montagem e desmonte de estaleiro e equipamento	vg.	1		
1.2.	Mudança do equipamento de furação (Sonda)	un.	6		
1.3.	Furação em Solo (Trado ou Rotary) ou equivalente	ml	18		
1.4.	Furação em Rocha	ml	90		
1.5.	Ensaaios SPT	un.	12		
2.	Ensaaios de Permeabilidade				
2.1.	Ensaio de permeabilidade do tipo Lugeon ou equivalente	un.	30		
3.	Laboratório				
3.1.	Tensão de rutura à compressão simples	un.	6		
3.2.	Ensaio de compressão uniaxial com determinação do módulo de deformabilidade	un.	1		
4.	Relatório Geológico-Geotécnico	vg.	1		



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Anexo II – Levantamentos Topográficos

A caracterização dos Trabalhos Topográficos é apresentada de seguida:

Item	Designação	Un.	Qt. Estimad	Preço Unitário	Valor
1.	Levantamentos da zona da Albufeira, Barragem (e zona envolvente) e zona da Restituição	ha	3		
2.	Levantamentos topográficos dos caminhos rurais onde serão implantadas as condutas de rega.	ml	5.000		

Anexo III – Estudos de Impacte Ambiental

O EIA terá por objeto a prestação de serviços de consultoria visando o desenvolvimento do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto do Aproveitamento Hidroelétrico de Rebordãos, em Bragança.

Âmbito dos serviços

O projeto do Aproveitamento de Fins Múltiplos de Rebordãos, a implantar na Ribeira de Rebordãos, freguesia de Rebordãos, concelho e distrito de Bragança, tem como objetivos o armazenamento de volumes de água destinados à rega e a reserva de água para combate a incêndios.

O projeto compreende a construção de uma Barragem que se desenvolve em cerca de 90 metros, criando uma albufeira de água com um volume de aproximadamente 70.000 m³. A jusante da Barragem será executado um sistema de condutas em pressão para permitir o regadio, cuja extensão será aproximadamente de 5.000 metros.

O projeto insere-se em Reserva Ecológica Nacional e em Rede Natura que é uma área classificada como sensível.

Deverá atender-se ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152- B/2017, de 11 de dezembro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (RJAIA).



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

Face às características e localização, o projeto terá enquadramento no RJAIA, concretamente no Anexo II, Ponto 3, Alínea g), Áreas Sensíveis, pelo que será necessário desenvolver o EIA a submeter a procedimento de avaliação de impacte ambiental.

O EIA será elaborado tendo em conta o Projeto de Execução da Barragem e do Sistema de Rega.

O EIA deverá ser desenvolvido de acordo com uma metodologia apropriada e enquadrada pela legislação vigente, apresentando o seguinte conteúdo:

- Descrição do projeto;
- Descrição das soluções alternativas estudadas;
- Descrição do estado atual do ambiente e dos fatores ambientais suscetíveis de serem consideravelmente afetados pelo projeto;
- Descrição do tipo, quantidade e volume de efluentes, resíduos e emissões previsíveis, nas diferentes fases do Empreendimento;
- Considerações dos impactes ambientais significativos decorrentes do projeto;
- Medidas para evitar, prevenir, reduzir ou compensar os impactes;
- Consideração dos impactes negativos significativos decorrentes de acidentes graves;
- Referência aos programas de monitorização previstos para as fases de construção, exploração e desativação;
- Resumo Não Técnico.

Na prestação de serviços está excluído o Plano de Recuperação Paisagística no entanto deve o projetista verificar numerar medidas de recuperação e salvaguarda.

Também está excluído o pagamento das taxas associadas aos trâmites processuais.

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias, Dr.